

**AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL
SOBRE O COLAPSO HÍDRICO**



**Renato
Cinco**
vereador de luta

**NOTAS DA PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO
ESPECIAL SOBRE O COLAPSO HÍDRICO**

RIO DE JANEIRO, SETEMBRO DE 2015.

PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

1. Introdução

O Sudeste do Brasil tem sofrido, nos últimos anos, com uma grave crise hídrica que vem mudando a rotina da população. Especialistas apontam três motivos principais para a crise: a alteração do volume, frequência e intensidade das chuvas, no marco das mudanças climáticas que vêm afetando todo o planeta¹; o desmatamento no entorno dos mananciais, que promove a perda da produção natural de água; e o uso excessivo do recurso. A crise revelou outro problema: o colapso da gestão das empresas do setor e o desperdício excessivo deste bem essencial para a vida humana.

No Rio de Janeiro, o reservatório equivalente² do sistema Guandu, responsável por abastecer 9 milhões de pessoas na região metropolitana, está no nível mais baixo já registrado pelos dados de medição diária, disponíveis a partir de 1995³. Ao que tudo indica, os níveis atingirão o volume morto nos próximos meses, superando mais cedo os recordes negativos de 2014. A situação em São Paulo é ainda mais grave. Mais de um ano e meio após o início da crise, o governador Geraldo Alckmin declarou oficialmente que a situação é crítica no Sistema Alto Tietê, responsável por atender diretamente 4,5 milhões de pessoas na Grande São Paulo⁴. O Alto Tietê atravessou o mês de agosto mais seco da sua história e a medida abre margem para a suspensão da captação de água pela indústria e pela agricultura, que são os maiores consumidores do recurso.

O racionamento de água - chamado eufemisticamente de rodízio - já é uma realidade em diversas regiões do Estado. A possibilidade de caos social com a falta de água entrou na pauta do Exército, que em maio simulou ocupar a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) em caso de crise social⁵. Não é por menos. Em outubro de 2014, a população de Itu se levantou contra a falta de água na cidade, que possui 155 mil habitantes. Houve barricadas nas ruas e a fachada da Câmara Municipal foi destruída em protesto após semanas sem água; caminhões-pipa tiveram que ser escoltados pela Guarda Municipal para que não houvesse saques. É contra a reprodução das cenas de Itu em escala metropolitana que o Exército quer se precaver.

Apesar das condições adversas do clima, não é apenas este o motivo que levou a região Sudeste ao colapso hídrico. Não se alcança uma crise desta magnitude apenas pela alteração de uma única variável que compõe o fornecimento de algo tão importante para a vida da população. A queda no volume de águas revelou o que a abundância do regime de chuvas brasileiro de outrora encobria: o colapso da gestão deste recurso fundamental para a sobrevivência humana.

1 O mês de julho de 2015 foi o mais quente na Terra desde que os registros começaram a ser feitos, em 1880, e o aquecimento global vem causando condições meteorológicas extremas, como secas, ondas de calor e inundações. Segundo a Agência Nacional de Oceanos e Atmosfera dos Estados Unidos, a temperatura média em nível planetário alcançou em julho os 16,61 graus. Julho de 2015 foi o mês mais quente da Terra, segundo agência americana. Terra, 20 ago. 2015. Disponível em <http://noticias.terra.com.br/ciencia/julho-de-2015-foi-o-mes-mais-quente-da-terra-segundo-agencia-americana,df65a0e88c587889d95c05b7561e109bker3RCRD.html>. Acesso em 13 set. 2015.

2 O reservatório equivalente considera a capacidade hídrica de quatro reservatórios principais que formam o sistema Guandu: Paraibuna, Santa Branca e Jaguari, localizados no Estado de São Paulo; e Funil, em território fluminense.

3 Os dados são disponibilizados pelo projeto SIGA-CEIVAP, do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, sobre a bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, que abastece o sistema Guandu. Disponível em <http://54.94.130.178:8080/siga-ceivap/salaDeSituacao>.

4 SP declara oficialmente crise hídrica no Alto Tietê. Estadão, 19 ago. 2015. Disponível em <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,sp-declara-oficialmente-crise-hidrica-no-alto-tiete,1746587>. Acesso em 13 set. 2015.

5 Exército simula ocupar a Sabesp em caso de crise social. El País, 27 mai. 2015. Disponível em http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/27/politica/1432728524_009010.html. Acesso em 13 set. 2015.

Segundo relatório do Ministério das Cidades, a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae), responsável pela distribuição na cidade do Rio de Janeiro, possui percentuais históricos de desperdício em torno de 50%⁶. Ou seja, apenas metade da água tratada é efetivamente distribuída. Desde 2010, a empresa alterou a metodologia de cálculo, o que fez com que a taxa caísse para 31,6%. O índice é semelhante ao desperdício verificado em São Paulo com a Sabesp (34%) e em Minas Gerais com a Copasa (32,5%), segundo dados de 2011⁷. Como comparação, em Nova York, o desperdício da rede é de cerca de 10%⁸.

Além do desperdício, a visão de que a água deve ser gerida como uma mercadoria, preferencialmente como insumo de processos produtivos e não como um direito humano, foi outro aspecto que contribuiu para que o colapso hídrico alcançasse o consumidor residencial.

2. Água: direito humano ou mercadoria?

Em 28 de Julho de 2010, a Assembleia Geral das Nações Unidas, através da Resolução A/RES/64/292, declarou a água limpa e segura e o saneamento um direito humano essencial para gozar plenamente a vida e todos os outros direitos humanos⁹. Além disso, que o abastecimento de água e a disponibilidade de saneamento para cada pessoa devesse ser contínuo e suficiente para usos pessoais e domésticos. Estes usos incluem dessedentação, saneamento pessoal, lavagem de roupa, preparação de refeições e higiene pessoal e do lar.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), são necessários entre 50 a 100 litros de água por pessoa, por dia, para assegurar a satisfação das necessidades mais básicas e a minimização dos problemas de saúde. Em relação aos custos dos serviços de água e saneamento, estes não deverão ultrapassar 5% do rendimento familiar. O acesso à água não deverá afetar a capacidade das pessoas de adquirirem outros bens e serviços essenciais, como alimentação, habitação, serviços de saúde e educação¹⁰.

No entanto, como algo essencial para a vida humana, a água pode ser uma mercadoria muito lucrativa. A Sabesp é uma das 20 empresas mais rentáveis do Brasil e lucrou quase R\$ 10 bilhões nos últimos sete anos. Desse montante, distribuiu R\$ 3,4 bilhões a seus acionistas - o governo estadual de SP é dono de 50,3% das ações¹¹. Apesar da lei obrigar uma distribuição mínima de dividendos, a Sabesp foi muito mais generosa com os acionistas, superando o mínimo legal em 48%. Nenhuma das grandes companhias de saneamento com ações negociadas na bolsa de Nova York deu retorno tão bom em dividendos quanto a Sabesp¹².

Os investimentos necessários para garantir o fornecimento contínuo e suficiente para a população, como prevê a ONU, foram deixados de lado. A eficiência do sistema, com altos índices de desperdício na distribuição, não fazia parte das metas da empresa, que contou com a sorte que viria dos céus e que continuaria transformando a água em lucro líquido. Uma lista com os maiores consumidores da empresa revelou que eles recebiam descontos substanciais; mesmo no período de escassez, quem consumia mais pagava menos¹³. A estiagem acabou trazendo à tona a irracionalidade

6 Perdas na rede de água da Cedae chegam a 50%. O Globo, 1º ago. 2013. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/perdas-na-rede-de-agua-da-cedae-chegam-50-9311882>. Acesso em 13 set. 2015.

7 Id.

8 Nova York venceu crise de água sem gastar muito dinheiro. Jornal Nacional, 12 fev. 2015. Disponível em <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/02/nova-york-venceu-crise-de-agua-sem-gastar-muito-dinheiro.html>. Acesso em 13 set. 2015.

9 O Direito Humano à Água e Saneamento - Comunicado aos Média. ONU. Disponível em http://www.un.org/waterforlifedecade/pdf/human_right_to_water_and_sanitation_media_brief_por.pdf. Acesso em 13 set. 2015.

10 Id.

11 Sabesp é generosa com acionistas, mas não com investimentos. Exame, 24 nov. 2015. Disponível em <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1078/noticias/nao-da-nem-para-rationar>. Acesso em 13 set. 2015.

12 Id.

13 Sabesp ignorou ordem e assinou contratos com grandes consumidores. El País, 23 mai. 2015. Disponível em

do sistema paulistano.

No Rio de Janeiro, a estatal Cedae começou a ser fiscalizada pela Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio (Agenera) apenas em agosto de 2015. Uma das principais atribuições da agência vai ser auditar o cálculo da tarifa da água, que é reajustado por ato da presidência de acordo com as necessidades da empresa, não do consumidor. O custo da água da Cedae é o sétimo mais alto do país e o maior do Sudeste, com preço médio de R\$ 3,16 o metro cúbico. Em São Paulo, este valor é de R\$ 2,29. Apesar do alto custo, os investimentos não são feitos com recursos próprios, mas do Fundo Estadual de Conservação Ambiental (Fecam) ou do PAC do governo federal¹⁴. Não se sabe como a Cedae faz a gestão da tarifa, da demanda e quem são seus maiores consumidores.

O Rio de Janeiro experimenta também o maior projeto de privatização do saneamento básico do Brasil na região da AP-5, parte da Zona Oeste do município, que representa 48% do seu território com 21 bairros¹⁵ e mais de 1,7 milhão de moradores. A concessionária Foz Águas 5, uma parceria entre o Grupo Águas do Brasil e a empresa Foz do Brasil (grupo Odebrecht), assumiu o contrato de 30 anos de duração em 2012. No ano seguinte a Caixa Econômica Federal destinou R\$ 640 milhões à concessionária por meio do programa Saneamento para Todos, via financiamento com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Ao longo de 30 anos a concessionária vai receber R\$ 2,6 bilhões, sendo R\$ 1,8 bilhão nos primeiros dez anos. O faturamento da Foz Águas 5 é de cerca de R\$ 100 milhões ao ano, e em dez anos o consórcio espera alcançar R\$ 500 milhões ao ano¹⁶. A água na AP5 continua sendo fornecida pela Cedae, mas a gestão comercial passou a ser feita pela Foz Águas 5.

O edital de concessão, no entanto, excluiu da necessidade de atendimento as populações residentes em áreas de proteção ambiental, loteamentos irregulares e favelas¹⁷. A prestação do serviço estaria vinculada à conclusão de projetos de urbanização, como o Programa Morar Carioca, que deixou de ser uma prioridade para a Prefeitura do Rio. A concessão portanto não visa a universalização do acesso a água e saneamento, indo de encontro à resolução da ONU que garante os serviços como direitos humanos fundamentais. A Prefeitura quer agora expandir o modelo de concessão para a AP-4 (Barra, Recreio dos Bandeirantes, Jacarepaguá e arredores) e os estudos estão sendo coordenados pelo secretário municipal da Casa Civil, Pedro Paulo Carvalho¹⁸. A Odebrecht tem uma série de investimentos na região, como a construção do bairro Ilha Pura, em parceria com a Carvalho Hosken, onde será a Vila dos Atletas durante os Jogos Olímpicos de 2016. Cabe então questionar: que garantia temos de que os interesses econômicos da construtora não influenciarão na prestação de um serviço tão importante à vida da população carioca?

Enquanto o processo de privatização dos serviços de água e saneamento avançam no Brasil, diversos países fazem o caminho inverso e a remunicipalização da água tem sido apontada como uma tendência mundial. Em 15 anos, 235 cidades que atendem cerca de 106 milhões de pessoas retomaram a gestão do tratamento e fornecimento de água das mãos de empresas privadas. Entre

http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/22/politica/1432320386_840574.html. Acesso em 13 set. 2015.

14 Cedae passa a ser monitorada pela Agenera, e especialistas esperam mais transparência. O Globo, 15 ago. 2015. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/cedae-passa-ser-monitorada-pela-agenera-especialistas-esperam-mais-transparencia-17193367>. Acesso em 13 set. 2015.

15 São eles Bangu, Barra de Guaratiba, Campo Grande, Campo dos Afonsos, Cosmos, Deodoro, Gericinó, Guaratiba, Inhoaíba, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos, Paciência, Padre Miguel, Pedra de Guaratiba, Realengo, Santa Cruz, Santíssimo, Senador Camará, Senador Vasconcelos, Sepetiba e Vila Militar.

16 Consórcio Foz Águas 5 recebe financiamento de R\$ 640 milhões - Valor Econômico / Online - Empresas. Trata Brasil, 9 mai. 2013. Disponível em <http://www.tratabrasil.org.br/consorcio-foz-aguas-5-recebe-financiamento-de-r-640-milhoes-valor-economico-online-empresas>. Acesso em 14 set. 2015.

17 A Guerra do Esgoto. Carta Maior, 1 jun. 2015. Disponível em <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Cidades/A-Guerra-do-Esgoto/38/33631>. Acesso em 14 set. 2015.

18 Prefeitura estuda conceder esgoto da região de Jacarepaguá e Barra à iniciativa privada. O Globo, 10 jan. 2013. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-estuda-conceder-esgoto-da-regiao-de-jacarepagua-barra-iniciativa-privada-7246751>. Acesso em 14 set. 2015.

elas, grandes capitais como Berlim, Paris, Kuala Lumpur ou Buenos Aires, além de pequenos e médios municípios¹⁹. Algumas das experiências estão relatadas no livro “Remunicipalização: O retorno da água a mãos públicas”, de Martin Pigeon, especialista em serviços públicos do *Corporate Europe Observatory*²⁰.

O serviço em Paris foi reassumido em 2010 das mãos das empresas francesas Veolia e da Suez, duas poderosas multinacionais que dominam o mercado da água no mundo. Era a primeira vez que o poder público recuperava um sistema que atendia 2,2 milhões de habitantes da região metropolitana. A cidade economizou, no primeiro ano, 35 milhões de euros, graças a internalização dos dividendos antes destinados aos acionistas, e reduziu as tarifas em 8% em relação a 2009²¹. A tendência mundial de remunicipalização dos serviços de água e esgoto apontam para a garantia do fornecimento dos serviços de água e saneamento como um direito humano universal, não subordinado a uma racionalidade econômica em que a escassez pode se transformar em uma oportunidade de negócio, aprofundando ainda mais a desigualdade urbana. É urgente fazer este debate no Rio de Janeiro antes de novas medidas de privatização.

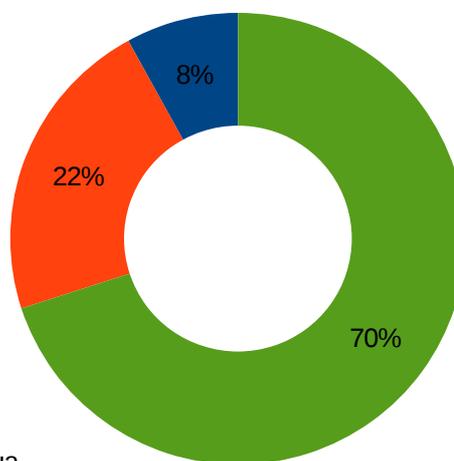
3. Mas afinal, quem são os grandes consumidores de água?

Conforme prevê a Lei nº 9.433²², que dispõe sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos, a gestão da água deve sempre proporcionar seu uso múltiplo. A lei ressalta, no entanto, que para situações de escassez os usos prioritários da água passam a ser o consumo humano e a dessedentação de animais. O uso múltiplo da água traz uma discrepância pouco conhecida: o uso doméstico consome muito menos água do que se costuma imaginar, apesar das campanhas de conscientização serem sempre focadas no consumidor residencial. Uma forma superficial de abordar o tema, culpabilizando justamente quem menos consome.

No Mundo, segundo dados da ONU e do Programa de Avaliação Mundial da Água, a irrigação é a principal responsável pelo uso do recurso: 70%. O uso industrial é de 22% e o residencial de 8%²³.

Demanda - Mundo

- Residencial
- Industrial
- Irrigação



Fonte: ONU e Avaliação Mundial da Água

19 Gestão da água volta para o Estado em 235 cidades no mundo. El País, 15 jun. 2015. Disponível em http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/05/politica/1433533748_741282.html. Acesso em 14 set. 2015.

20 O título original é "Remunicipalisation: Putting Water Back into Public Hands". O livro está disponível para download, em inglês, em https://www.tni.org/files/download/remunicipalisation_book_final_for_web_0.pdf. Acesso em 14 set. 2013.

21 Op cit.

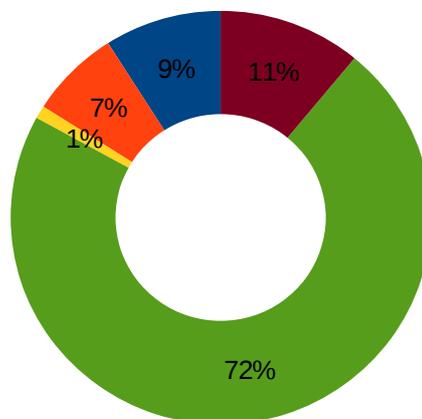
22 Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9433.htm. Acesso em 14 set. 2013.

23 Agricultura é quem mais gasta água no Brasil e no mundo. EBC, 15 jun. 2015. Disponível em <http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2013/03/agricultura-e-quem-mais-gasta-agua-no-brasil-e-no-mundo>. Acesso em 14 set. 2013.

Já no Brasil, a vazão consumida total é de 1.212 m³/s. Desse valor, 72% corresponde ao ramo de irrigação na agricultura. O consumo animal é de 11%, residencial urbano de 9%, industrial de 7% e rural de 1%. Os dados são da Agência Nacional de Águas (ANA) em relatório de 2012²⁴.

Demanda - Brasil

- Urbano
- Industrial
- Rural
- Irrigação

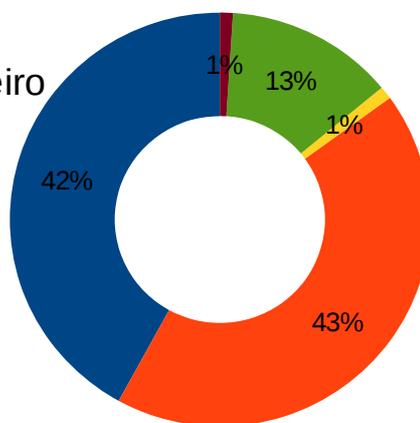


Fonte: ANA - Informe 2012

No Estado do Rio de Janeiro, a demanda difere do padrão brasileiro. A indústria é a que mais consome água com 43%, seguida pelo abastecimento humano com 42%, agricultura com 13% e mineração e criação animal com 1% cada. Os dados de 2014 são do Plano Estadual de Recursos Hídricos²⁵.

Demanda - Rio de Janeiro

- Abastecimento Humano
- Indústria
- Mineração



Fonte: PERHI-RJ - Maio 2014

24 Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil: informe 2012. Ed. Especial. Brasília : ANA, 2012. p. 52. Disponível em <http://arquivos.ana.gov.br/imprensa/arquivos/Conjuntura2012.pdf>. Acesso em 14 set. 2013.

25 Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro - Relatório Síntese - Maio 2014. p. 83. Disponível em <http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mdgz/~edisp/inea0083952.pdf>. Acesso em 14 set. 2013.

4. O sistema Guandu e a situação da água no Rio de Janeiro²⁶

A bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul está localizada entre os maiores polos industriais e populacionais do país, possui rios de domínio federal e abrange parte dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. A região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) é composta por 18 municípios e concentra 75% da população do estado e a transposição do Paraíba do Sul para o Guandu é sua principal fonte de abastecimento, atendendo a 9 milhões de pessoas.

Os principais reservatórios da bacia são Paraibuna, Santa Branca, Jaguari e Funil. A capacidade total destes reservatórios (Reservatório Equivalente) é de 7.294,7 milhões de metros cúbicos, dos quais 4.341,9 milhões de metros cúbicos estão dentro da faixa normal de operação (volume útil total). O reservatório de Paraibuna é o que possui a maior capacidade de armazenamento em termos de volume útil (61%), seguido por Jaguari (18%), Funil (14%) e Santa Branca (7%). Esses reservatórios estão localizados no estado de São Paulo, exceto o de Funil que se localiza no estado do Rio de Janeiro.

O Sistema Hidráulico do rio Paraíba do Sul é um complexo conjunto de estruturas hidráulicas. Através da estação elevatória de Santa Cecília, se efetiva a transposição entre as águas do Rio Paraíba do Sul para o Rio Guandu, cujas águas captadas são armazenadas no reservatório de Santana, onde se misturam às águas do rio Pirai. A estação elevatória de Vigário capta essas águas, que são levadas para o reservatório de Vigário. Deste reservatório as águas seguem para o Sistema Tocos-Lages, e deste para o reservatório de Ponte Coberta e sistemas de Usinas instalados no Ribeirão das Lages. Por fim, essas águas são recepcionadas pelo rio Guandu, que em condições normais teria uma vazão de 25 m³/s, mas recebe uma contribuição média de 146 m³/s do desvio Paraíba-Pirai e de 10 m³/s do desvio Tocos-Lages.

Outros reservatórios e usinas situados à montante²⁷ de Santa Cecília, na bacia do rio Paraíba do Sul, são importantes para regularizar a vazão no local da transposição. Outros sistemas de menor porte complementam o do rio Guandu para abastecer a RMJR: o sistema Acari, o sistema Ribeirão das Lages e o Imunana-Laranjal. A Estação Elevatória de Santa Cecília - EE Santa Cecília, que realiza o desvio das águas do rio Paraíba do Sul para o Guandu, possui capacidade de desviar até 160 m³/s com o objetivo de gerar energia, uso industrial e fornecimento de uma vazão média de 43 m³/s para a Estação de Tratamento de Águas - ETA Guandu, destinada ao abastecimento da RMRJ feito pela Cedae.

Com a crise hídrica em 2014, a ANA vem reduzindo através de resoluções o limite mínimo de bombeamento em Santa Cecília, que em condições normais é 119 m³/s e a jusante de Santa Cecília é de 71 m³/s, o que corresponde a uma afluência esperada de 190 m³/s. Esta afluência foi reduzida sistematicamente ao longo do ano de 2014: para 173 m³/s em maio, para 165 m³/s em julho, para 160 m³/s em agosto e para 140 m³/s em dezembro. Em março de 2015, por meio da Resolução nº 145/2015²⁸, a ANA determinou a redução da vazão mínima afluente à barragem de Santa Cecília para 110m³/s. Esse patamar vem sendo prorrogado e está autorizado até o dia 31 de outubro de 2015, por meio da Resolução nº 714/2015²⁹. Com vazão mínima, a partição d'água na barragem de Santa Cecília se mantém em 35m³/s a jusante e 75m³/s destinados ao rio Guandu.

Apesar de estar autorizada desde março, a redução foi sendo feita gradativamente e só alcançou os 110 m³/s no fim de agosto³⁰. Isso porque a diminuição fez com que aumentasse a

26 Baseado no encarte Especial sobre a Crise Hídrica. ANA, 2014. Disponível em <http://conjuntura.ana.gov.br/docs/crisehidrica.pdf>. Acesso em 17 set. 2015.

27 "A montante" significa em direção contrária ao sentido do rio, na direção de sua nascente. "A jusante" significa o sentido em que corre o rio, na direção de sua foz.

28 Disponível em <http://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2015/145-2015.pdf>. Acesso em 17 set. 2015.

29 Disponível em <http://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2015/714-2015.pdf>. Acesso em 17 set. 2015.

30 Vazão da barragem da usina hidrelétrica de Santa Cecília é reduzida. Folha Vitória, 27 ago. 2015. Disponível em <http://www.folhavitoria.com.br/noticia/print/vazao-da-barragem-da-usina-hidreletrica-de-santa-cecilia-e->

entrada de água do mar no rio, a chamada intrusão salina, prejudicando a atividade industrial da região, que capta água na foz do Rio Guandu na Zona Oeste do Rio. A Associação das Empresas do Distrito Industrial de Santa Cruz (Aedin), composta por Thyssenkrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), Gerdau, Furnas, entre outras, propôs a construção de uma barragem para impedir a entrada da água do mar. No entanto, a construção causou graves prejuízos aos pescadores locais. Com dificuldades de navegação e acesso à Baía de Sepetiba, de onde tiram o seu sustento, eles paralisaram a obra algumas vezes em protesto.

A demora na diminuição da vazão por conta das indústrias de Santa Cruz fez com que houvesse um grande desperdício diário de água. A barragem surgiu como uma solução do abastecimento das empresas, que não investiram o necessário para fazer a captação em outro ponto do rio ou para utilização da água de reuso da ETA-Guandu. A solução inviabilizou a pesca, criando dificuldades de navegação e colocando em risco a reprodução dos peixes e a vida dos pescadores. Há meses eles têm dificuldades em transitar pelo rio. Entre as grandes consumidoras de água da região está a TKCSA, que em poucos anos de atuação em Santa Cruz já acumula um histórico de violações de direitos humanos, como a contaminação do ar com a chuva de prata, além da falta de planejamento para o uso racional da água, que está prejudicando a todos os moradores da região metropolitana do Rio de Janeiro.

A TKCSA sempre gozou de diversos incentivos fiscais concedidos pelos poderes municipais e estadual; até 2012, R\$ 695 milhões em impostos já haviam sido deixados de ser pagos aos cofres públicos³¹. Apesar disso, a empresa é ineficiente no uso da água. O poder público deve intervir no sentido de tomar medidas contra a empresa para economia de água e, em um possível cenário de agravamento da crise hídrica no Rio de Janeiro, priorizar o abastecimento da população. Após cinco anos atuando sem licença, é preciso colocar na balança as vantagens e desvantagens de abrigar tais empresas na cidade. A TKCSA é hoje uma das principais fontes de poluição atmosférica do Rio de Janeiro.



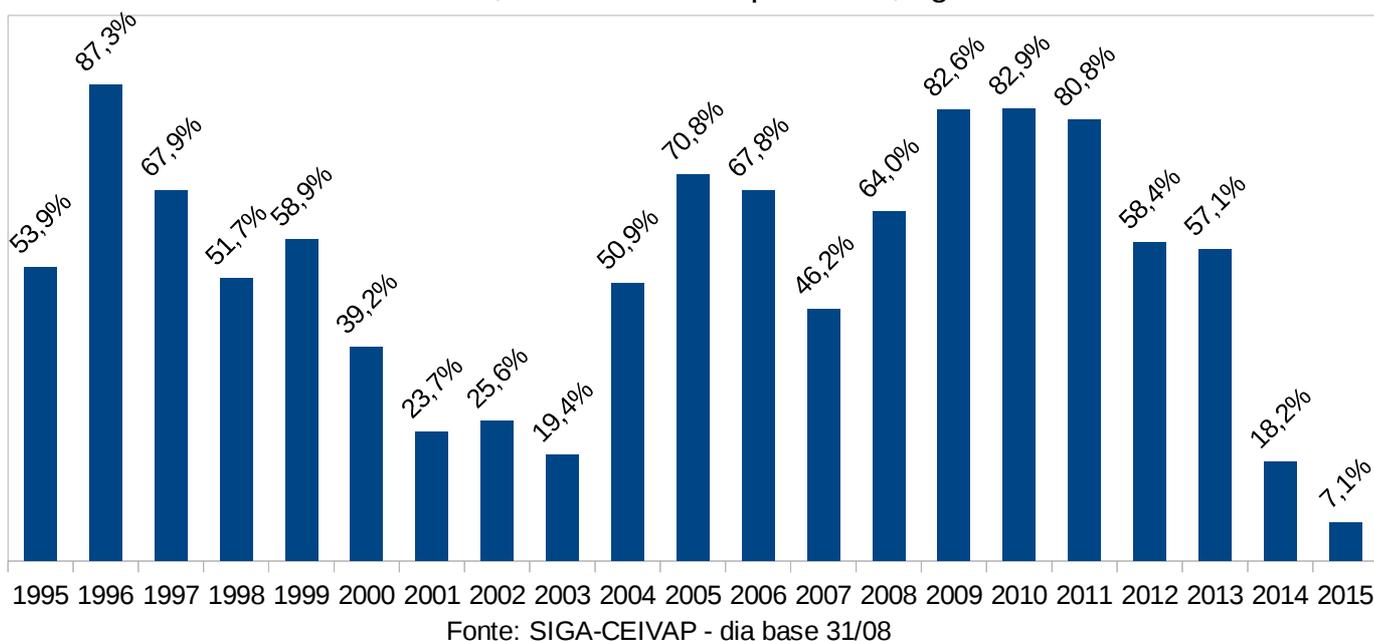
Pescadores fazem ato na barragem do Rio Guandu, em junho de 2015. Foto: Renato Cosentino

reduzida.html. Acesso em 17 set. 2015.

31 CSA vira elefante branco, está à venda e pode fechar alto-forno. O Globo, 30 ago. 2012. Disponível em <http://oglobo.globo.com/economia/csa-vira-elefante-branco-esta-venda-pode-fechar-alto-forno-5958758>. Acesso em 21 set. 2015.

Em 2015, o sistema Guandu operou pela primeira vez abaixo de 10% no mês de agosto. No dia 31/8, o reservatório equivalente registrava 7.11%. Como comparação, no mesmo dia em 2013 o nível estava em 57.12%; em 2011, alcançava 80.84%. O projeto SIGA-CEIVAP, do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, disponibiliza o histórico de dados desde 1995 sobre esta bacia que abastece o sistema Guandu, com o nível dos reservatórios e a vazão de cada componente do sistema³². No gráfico é possível ver o nível do reservatório equivalente na série histórica 1995-2015.

Sistema Guandu, Reservatório Equivalente, ago. 1995-2015



5. Qualidade, poluição, transparência, planejamento, legislação e outras tarefas do poder público

Quando se trata de recursos e serviços tão importantes, é um direito básico da população ter acesso claro às informações. Conhecer os diferentes níveis de qualidade da água disponibilizada pela companhia de abastecimento, podendo assim acompanhar as possíveis variações ao longo do tempo e exercer o devido controle social. O monitoramento da qualidade da água consumida no Município do Rio de Janeiro já é realizado pela Vigilância Sanitária Municipal, no entanto estas informações não são divulgadas publicamente.

Já a qualidade da água do mar é monitorada pelo Instituto Estado do Ambiente - Inea, e atualizada em seu site. Porém não é possível saber no local de banho a condição das nossas praias. A plaquinha que informava se a água estava ‘própria’ ou ‘imprópria’ já não existe mais, e ela pode ser decisiva para evitar a transmissão de diversas doenças. O vereador Renato Cinco, que preside a Comissão Especial sobre o Colapso Hídrico, apresentou o Projeto de Lei nº 1435/2015, que “determina a afixação de placas indicativas das condições de balneabilidade das praias”, e o Projeto de Lei nº 1498/2015, sobre “a divulgação do monitoramento da qualidade da água consumida” no município do Rio de Janeiro, que recebe tratamento químico na ETA-Guandu.

A descentralização do abastecimento ou a existência de alternativas ao Guandu esbarra na poluição dos rios, na falta de planos municipais de drenagem e de reuso destas águas ou de águas captadas em piscinões, na falta de ações e políticas públicas e do setor privado para captação de

32 Atualização diária pelo projeto SIGA-CEIVAP em <http://54.94.130.178:8080/siga-ceivap/salaDeSituacao>.

água das chuvas, além dos problemas de saneamento que geram doenças e dificuldades para a utilização das águas que vão para as galerias fluviais. Além disso, por incentivo de programas equivocados de habitação, a cidade cresce para áreas afastadas, de forma espalhada, gerando passivos ambientais e mais demanda por investimento público em infraestrutura.

A urgente despoluição dos recursos hídricos da cidade passa pela ativação de mecanismos de controle social, esvaziados ou inexistentes, o que demonstra que o poder público municipal não tem tido a intenção de abrir um debate real sobre o tema e muito menos descentralizar as decisões. Diversas organizações lutam há anos, por exemplo, pela criação de parques municipais. Desde os anos 1990, moradores formaram associações voluntárias na Zona Norte com o objetivo de reivindicar a criação de um parque ecológico de uso múltiplo na Serra da Misericórdia, revitalizando sua área verde e recuperando suas fontes de água. Mais de dois milhões de pessoas do entorno, sobretudo das favelas de Complexo do Alemão e da Penha, se beneficiariam do parque público. Apesar dos compromissos da Prefeitura, o projeto nunca saiu do papel³³.

Em diversas cidades do mundo a recuperação de áreas verdes e de rios urbanos é uma realidade, como Paris, Londres e Lisboa. Em Seul, na Coreia do Sul, o rio Cheonggyecheon foi revitalizado em apenas quatro anos. Atualmente seu curso conta com cascatas, fontes, peixes, é ponto de encontro para todas as faixas etárias e serve de lazer à população³⁴.



Rio Cheonggyecheon, Seul (Coreia do Sul). Foto: Carnuta / Daniel Cléris e Jean-Michel Daubourg

Mesmo o Rio de Janeiro sendo uma cidade fundamentalmente consumidora de água, que é transposta de outras regiões do Estado, isso não deveria significar irresponsabilidade com o uso deste recurso. Pelo contrário, o Município deveria implantar medidas que garantissem a qualidade da água, o abastecimento permanente de todas as famílias e a taxaço de empresas que são grandes

33 Prefeito se compromete publicamente com o Parque da Serra da Misericórdia, 11 set. 2015. Disponível em <http://paneladepressao.nossascidades.org/campaigns/708>. Acesso em 23 set. 2015.

34 Oito exemplos de que é possível despoluir os rios urbanos. ArchDaily, 22 set. 2015. Disponível em <http://www.archdaily.com.br/br/01-168964/oito-exemplos-de-que-e-possivel-despoluir-os-rios-urbanos>. Acesso em 22 set. 2015.

consumidoras de água. Outras políticas municipais são necessárias: reaproveitamento de água através de políticas para captação, drenagem, despoluição, reflorestamento de matas ciliares e reuso, além de estímulos à adoção de energia solar e eólica. O prefeito do Rio de Janeiro desde 2013 preside o Grupo C40 de Liderança Climática das Cidades. No entanto, o Rio não faz o dever de casa.

6. A Comissão Especial sobre o Colapso Hídrico

A Comissão Especial sobre o Colapso Hídrico tem como tarefa realizar um diagnóstico básico sobre a situação hídrica no Município do Rio de Janeiro, que deve abordar as condições do serviço de abastecimento de água – quantidade e qualidade –, de saneamento e os desperdícios e deficiências do sistema, além da poluição nos rios da cidade. Para realizar esse diagnóstico e sistematizar as informações citadas, a Comissão tem realizado reuniões com técnicos e especialistas, tanto aqueles vinculados ao poder público quanto representantes da sociedade civil organizada e da universidade³⁵. Os encontros estão sendo filmados e serão futuramente disponibilizados para todos, compondo um banco de dados que contará também com documentos, projetos de lei, materiais de campanha e outras informações que estão sendo sistematizadas sobre a questão da água na cidade.

Parte-se do entendimento de que a crise hídrica não é de causa natural, resultado apenas da falta de chuva, mas sim consequência de fatores como o modelo de produção energético e seus objetivos, a prioridade na produção e exportação de produtos primários, o uso do solo, a destruição ambiental, a poluição, o consumismo, a precariedade dos serviços de abastecimento e saneamento, e a visão de que o acesso a estes serviços é um negócio, e não um direito humano fundamental. Nesse sentido, a crise que se desvenda é maior, reflete a relação de exploração que a sociedade de consumo estabeleceu com o meio ambiente. A Comissão irá organizar atividades – reuniões abertas, audiências, discussões públicas – dentro e fora da Câmara Municipal com o objetivo de ampliar o debate sobre o atual modelo de desenvolvimento e as mudanças climáticas, no sentido de entender a raiz do problema.

A partir desse acúmulo inicial, a presidência da Comissão indica que: 1) é grave a crise hídrica no Rio de Janeiro para esse e para os próximos anos; 2) a condição da cidade do Rio de Janeiro é fundamentalmente de consumidora de água, o que não isenta a Prefeitura de assumir uma série de responsabilidades relacionadas a este recurso; 3) há uma realidade de baixa transparência com a ausência de estudos permanentes e capazes de apreender de forma abrangente o problema da utilização da água; 4) há problemas de gestão, desperdício, poluição e um contexto de privatização que, dentre outros efeitos, institucionaliza a falta de intenção de universalizar o acesso à água e saneamento; e 5) é necessário que o poder público carioca apresente e discuta democraticamente com a população um plano de ação para o caso de agravamento da crise, no qual a população não seja surpreendida nem prejudicada para garantir os interesses dos grandes consumidores empresariais; 6) é inadmissível a passividade da Prefeitura do Rio de Janeiro em relação a um assunto tão caro à população, com ausência de planejamento, de atuação em comitês de bacia, de planos de drenagem, de captação e reuso, de incentivo ao uso de energias alternativas, entre outros.

Assim, as políticas existentes para resolução ou mitigação da crise hídrica serão analisadas sob a ótica da crise do modelo de desenvolvimento, apontando saídas com medidas urgentes, mas também com uma visão de médio e longo prazo. É indispensável a constituição de uma política mais duradoura de acompanhamento da situação hídrica no Rio de Janeiro, visando uma observação permanente e detalhada sobre o tema. Caberá a Comissão pensar propostas, estudos, leis, debates e convênios que possam colaborar para o município se tornar mais ativo nesse tema, procurando

35 Foram entrevistados/as até o momento: Sandra Quintela (Pacs), Alexandre Pessoa (pesquisador da Fiocruz), Flávia Braga (professora da UFRJ), Ana Lucia Brito (professora PROURB/UFRJ), Suyá Quintslr (pesquisadora IPPUR/UFRJ) e Flavio Serafini (deputado estadual, PSOL-RJ).

garantir que o poder das grandes empresas consumidoras de água não se torne uma ameaça aos cidadãos cariocas. O Rio - como uma cidade de grande visibilidade internacional - precisa assumir um protagonismo nesse debate, criando fontes alternativas de abastecimento, despoluindo, captando, reusando, e economizando recursos. A Câmara Municipal tem obrigação de fiscalizar a aplicação das políticas públicas relativas ao tema e de garantir que a legislação faça com que o poder público e a sociedade encarem esse problema, garantindo que a água seja tratada, de fato, como um direito humano fundamental.

Vereador Renato Cinco
Presidente da Comissão Especial sobre Colapso Hídrico,
Rio de Janeiro, 23 de setembro de 2015